

PROJETO RESOLUÇÃO Nº 04 DE 09 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a concessão, o pagamento e a prestação de contas de diárias concedidas a Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Eldorado do Sul.

Origem: Poder Legislativo

Cumprindo o que determina o Art. 195 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, venho apresentar projeto de resolução, para apreciação deste plenário e posterior sanção e promulgação da seguinte:

RESOLUÇÃO

Capítulo I Disposições Gerais

Art. 1º - A concessão, o pagamento e a prestação de contas de diárias concedidas a Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Eldorado do Sul obedecerão as disposições desta Resolução.

Art. 2º - O Vereador ou Servidor da Câmara Municipal que receba autorização para deslocar-se do Município a serviço ou para estudo de interesse da Administração, serão concedidas diárias para cobrir despesas com alimentação e estadia.

Parágrafo Único - Entende-se por interesse da Administração a participação em cursos, estágios, congressos, treinamentos ou outra modalidade de aperfeiçoamento diretamente relacionada com o cargo ou função.

Capítulo II Da Concessão de Diárias

Sessão I Da Autorização

Art. 3º - O Vereador ou Servidor que necessite se deslocar da sede do Município, nos termos do Artigo 2º deste Resolução, deverá solicitar por escrito a autorização ao Presidente da Câmara Municipal, com a devida justificativa e comprovação da necessidade de deslocamento.

Parágrafo 1º - A diária somente será concedida após despacho do Presidente.

Parágrafo 2º - Em hipótese alguma poderá ser autorizada a concessão de diárias após a realização do evento que der origem ao pedido.

Sessão II

Do Direito a Diárias

Art. 4º - Não gera direito a diárias:

I – o deslocamento que não originar qualquer das despesas mencionadas no Artigo 2º;

II – quando o beneficiário, tendo recebido as diárias antecipadamente, não se deslocar, conforme solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas da data de início do evento ou do deslocamento do Servidor ou Vereador;

Parágrafo 1º – na hipótese prevista no Inciso II do Art. 4º, o Servidor ou Vereador será responsável, também, pela devolução de todas as despesas custeadas pela Câmara de Vereadores para que o mesmo participe do evento, incluindo as despesas com passagens e valores de inscrição.

Parágrafo 2º - em caso de descumprimento do prazo previsto no Inciso II do Art. 4º, aplicar-se-á o previsto no Art. 8º e Parágrafo Único como penalidade.

Sessão III

Do Período de Concessão

Art. 5º - As diárias serão concedidas com antecedência máxima de 24(vinte e quatro) horas da data de início do evento ou do deslocamento do servidor ou Vereador, desde que solicitadas ao Presidente, com antecedência mínima de 72(setenta e duas) horas.

Capítulo III

Transporte

Art. 6º - O transporte dos Servidores e Vereadores será realizado pelo veículo oficial da Câmara Municipal, não havendo, nesta hipótese, qualquer tipo de indenização.

Parágrafo 1º - Em não havendo possibilidade de deslocamento com o veículo

oficial, a Câmara de Vereadores providenciará a aquisição de passagens quando se tratar de deslocamento para outros Municípios, outros Estados ou outros Países.

Parágrafo 2º - Os demais tipos de deslocamentos serão cobertos pelas diárias.

Parágrafo 3º - Em caso do Vereador ou Servidor optar em deslocar-se com veículo de propriedade privada, não será devido indenização de que se trata esta Resolução, sendo as ocorrências quanto à responsabilidade financeira, civil ou criminal que possa advir do deslocamento, de responsabilidade total do proprietário.

Capítulo IV Da Prestação de Contas

Sessão I Dos Elementos Integrantes do Processo de Prestação de Contas

Art.7º - Toda a concessão de transporte ou diárias, corresponderá a uma prestação de contas pelo beneficiário, em prazo fixado em até 05(cinco) dias úteis do retorno ao Município, constituindo-se processo onde deverá constar, obrigatoriamente, todos documentos abaixo relacionados:

- a) Relatório Circunstanciado, conforme modelo anexo I;
- b) Atestado ou Certificado de frequência, cópia autenticada, podendo a autenticação ser feita por servidor público;
- c) Documento fiscal relativo a alimentação e estadia, via original, com o cabeçalho devidamente preenchido em nome do beneficiário.

Parágrafo 1º – Dos itens constantes na letra “c” somente haverá dispensa de documento fiscal relativo a estadia, nos casos de diárias sem pernoite.

Parágrafo 2º - Nos casos de diárias sem pernoite os documentos constantes na letra “c” poderão ser substituídos por documento fiscal de estacionamento, nos casos de deslocamento com carro particular.

Parágrafo 3º - O não deferimento por parte do Presidente da prestação de contas, impossibilita o Vereador ou Servidor de receber diárias até que a situação seja regularizada.

Sessão II Das Penalidades Pelo Descumprimento Prazo na Prestação de Contas

Art. 8º - Se o beneficiário não prestar contas no prazo fixado no artigo anterior, deverá ressarcir, como penalidade pelo atraso, o equivalente a 10%(dez por cento) do valor recebido por dia de atraso até o limite das indenizações que tenha recebido.

Parágrafo Único – Os valores correspondentes as devoluções de que trata esta artigo poderão ser objeto de desconto em folha de pagamento, ou na impossibilidade, a cobrança administrativa, podendo ainda haver a inscrição em dívida ativa com a devida cobrança judicial.

Art. 9º - O valor da diária deverá observar a seguinte tabela:

| Valor da diária | Vereadores | Servidores |
|---|-------------------|-------------------|
| Região Metropolitana de Porto Alegre/sem pernoite | R\$ 70,00 | R\$ 40,00 |
| Região Metropolitana de Porto Alegre/com pernoite | R\$ 140,00 | R\$ 80,00 |
| Outros Municípios do Estado, exceto os da Região Metropolitana de Porto Alegre/sem pernoite | R\$ 140,00 | R\$ 80,00 |
| Outros Municípios do Estado, exceto os da Região Metropolitana de Porto Alegre/com pernoite | R\$ 280,00 | R\$ 160,00 |
| Para outro Estado da Federação ou País/sem pernoite | R\$ 210,00 | R\$ 120,00 |
| Para outro Estado da Federação ou País/com pernoite | R\$ 420,00 | R\$ 240,00 |

Parágrafo 1º - Para fazer jus ao recebimento de diária sem pernoite, as pessoas enumeradas no Artigo 1º desta Lei deverão ficar afastadas do Município pelo período mínimo de 6(seis) horas consecutivas, devendo ser considerado o tempo de deslocamento.

Parágrafo 2º - Quando o Servidor ou o Vereador tiver que se deslocar no dia anterior, somente fara jus a diária com pernoite se houver comprovação de estadia, caso contrário, estando em trânsito, fará jus a diária sem pernoite.

Art. 10º – As diárias concedidas, para as quais ainda não houve a respectiva prestação de contas, deverão obedecer aos critérios previstos nesta resolução.

Art. 11º - Revoga-se a Resolução nº 122 de 08 de Setembro de 2011.

Art. 12º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 09 de Julho de 2015.

Ver. João Carlos Ferreira
Presidente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Vislumbrou-se a necessidade de qualificar as prestações de contas relativas as diárias concedidas aos Servidores e Vereadores, no que diz respeito aos documentos que compõem o processo.

Além disto há a necessidade de se estabelecer novos critérios nas seguintes hipóteses:

- a)Recebimento de novas diárias somente com prestação de contas anteriores aprovadas pelo Presidente;
- b)Considerar o tempo de deslocamento no caso do Parágrafo 1º do Artigo 9º;
- c)Estabelecer critérios para os deslocamentos em trânsito.

Outrossim, cabe ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul vem de forma recorrente desaprovando as prestações de contas de diárias concedidas, em virtude da precariedade dos processos de prestações de contas, o que inviabiliza, desta forma, a aprovação das contas do Chefe do Poder Legislativo.

Eldorado do Sul, 09 de Julho de 2015.

Ver. João Carlos Ferreira
Presidente

ANEXO I

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

| | |
|-------------------|--|
| Órgão | Câmara de Vereadores de Eldorado do Sul |
| Nome | |
| Cargo | |
| Matrícula | |
| Período | |
| Curso | |
| Local | |
| Instituição | |
| Finalidade | |
| Documentos Anexos | |
| Local e Data | |
| Assinatura | |

| | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| Parecer | () Deferido () Indeferido |
| Local e Data | |
| Assinatura e Carimbo do Presidente | |

Motivos em caso de indeferimento: